



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cópiu
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA EM TREZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS -----

----- ATA NÚMERO UM -----

Aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, realizou-se na sede, sita na Rua Almirante Cândido dos Reis, número 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a primeira sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Catarina Marcelino Rosa da Silva, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Isidoro da Silva Santana, Primeiro Secretário e Excelentíssima Senhora Sandra Isabel Lopes, Segunda Secretária. ---

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, cumprimentou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Vereação, os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente. -----

Efetuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes **Deputados Municipais: PS** – Fernanda Fernandes, José António Caria, João Barbosa e Débora Oliveira. **PSD** – Maria Ana Dias Neves, Pedro Nuno Vieira, Nuno Alexandre Salpico, Isabel Grosso e Pedro Ilhéu. **CDS** – Nuno Caetano e Carlos Umbelino Ferreira. **CDU** – Francisco Salpico, Elisabete Santos e Jorge Cordeiro. **BE** – Cipriano Pisco. **IL**– André Ribeiro. **CH** – Alice Seixas.

Foram ainda registados os seguintes **Presidentes de Junta: -----**

Junta da União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia – Luís Miguel Morais (PS); -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Caixa
FL
de

Junta de Freguesia de Canha – Armando Piteira (PS); -----
União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro – Fernando Caria, (PS); -----
União das Freguesias de Pegões – Mário Rui Ferreira (PS); -----
Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes – Dinora Caetano (CDU). -----

Solicitaram **substituição do mandato**, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro: -----

Deputado Municipal – António Carlos Ramos (PS), tendo sido substituído pelo **Deputado Municipal**, João Barbosa. -----

Deputada Municipal – Isabel Balreira (CDU), tendo sido substituída pelo **Deputado Municipal**, Jorge Cordeiro. -----

Deputada Municipal – Teresa Tapadinhas (PSD), tendo sido substituída pelo **Deputado Municipal**, Nuno Alexandre Salpico. -----

Deputado Municipal – Ricardo Bernardes (PS), tendo sido substituído pela **Deputada Municipal**, Débora Oliveira. -----

Deputado Municipal – António Loureiro (CDS-PP), tendo sido substituído pelo **Deputado Municipal**, Nuno Caetano. -----

Faltou o **Deputado Municipal** – Paulo Alexandre Jorge (CDU). -----

A **Câmara Municipal** esteve representada pelo Senhor **Presidente**, Nuno Ribeiro Canta. Presentes também os senhores **Vereadores**: Joaquim Correia (CDU), José Manuel Santos (PS), João Afonso (PSD), Maria Clara Silva (PS), Nuno Catarino (CDU) e Mara Cacheirinha (PSD). -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Constatada a **existência de quórum**, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, abriu o período destinado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, de acordo com o artigo 34º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo. -----

A Senhora **Munícipe – Sabina Pereira**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e fez uma **intervenção**, cujo teor a seguir se transcreve: “Começar por dizer que estou aqui em meu nome e em nome de um conjunto de utentes, cidadãos da freguesia de Sarilhos Grandes, que se juntaram nesta reivindicação por um melhor serviço de transportes públicos, que não podem estar aqui presentes hoje, mas sabem em que consiste a minha intervenção e poderão depois subscreve-la. -----

Em primeiro lugar, reiterar novamente, que somos um movimento cívico de utentes, que não temos quaisquer ligações ou interesses políticos ou partidários de nenhuma ordem e que não constituímos nem pertencemos a nenhuma comissão de utentes dos transportes, como muitas vezes insistem em nos apelar. Ainda assim, solidarizamos-nos e subscrevemos as lutas das comissões de utentes dos transportes, considerando nós, ainda assim, que a sua ação poderia e deveria ser muito mais veemente do que aquilo que é. -----

Reiterar também, o apoio dos utentes dos transportes públicos de Sarilhos grandes, nomeadamente da Carris Metropolitana, a este projeto da Carris metropolitana e de um serviço de transporte público a preço acessível, para toda a população da área metropolitana de Lisboa e que finalmente concretize uma promessa e um sonho que é, a livre circulação de todo e qualquer cidadão portador de um título de transporte, para qualquer local da área metropolitana



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Co. Sen
SLC
HP

de Lisboa. Nós, enquanto utentes, seremos aqueles que mais veementemente apoiam e defendem este projeto, desengane-se quem pensar o contrário. -----
Após o descalabro que se tem verificado no serviço da Carris Metropolitana desde o dia 1 de junho de 2022, iniciámos um processo de luta que levou a intervenções nas reuniões da Câmara Municipal do Montijo, a intervenções aqui, na Assembleia Municipal, lançámos uma petição, reunimos diretamente com a Transportes Metropolitanos de Lisboa, e, se nos últimos tempos, temos sido menos interventivos, não é por se verificar uma efetiva melhoria do serviço, mas porque, perante tudo o que nos foi sendo dito nesses órgãos que acabo de enumerar, tentámos dar uma oportunidade para verificar se colocariam em marcha as promessas feitas, e acrescento que é também por um bocadinho de cansaço. A vida do utente é marcada pelos problemas do dia-a-dia, pelo seu trabalho, pelas questões familiares e pessoais, domésticas, e o tempo que ele tem para aqui vir queixar-se, mais uma vez, andar a fazer reclamações na internet e andar a fazer reclamações nos livros, começa a ser curo, bem como a sua paciência. -----

Mais algum tempo volvido, aquilo que se nota é que, as pequeníssimas melhorias que se verificam pontualmente, mais se relacionam com períodos de férias, de greves, ou outras circunstâncias quaisquer aleatórias, que fazem com que aquilo naquele dia funcione melhor e são mais associadas e relacionadas com isto, do que qualquer alteração ao serviço, no sentido de uma melhoria, pelo menos naquilo que diz respeito à freguesia de Sarilhos Grandes. -----

Na freguesia de Sarilhos Grandes, a carreira 4701, que faz a ligação a Lisboa, permanece com imensos problemas que se agravam muito ao fim-de-semana, e é nesta carreira, que eu tento utilizar todos os dias, que vos posso oferecer dois



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceyla
L. J.
J. J.

ou três exemplos daquilo que acontece: as pequenas melhorias que tivemos foi a inserção de dois ou três desdobramentos que saem da bomba de gasolina da BP da Moita, portanto, obrigada município da Moita, por essa ajuda. Estas pequenas melhorias, ajudam de vez em quando, e eu posso dizer que durante o período das férias de Natal, ainda consegui apanhar o desdobramento que sai da BP da Moita às oito da manhã e passa em Sarilhos Grandes às oito e dez da manhã, uma ou duas vezes. Agora já não apanho porque vêm cheios, fico à espera que passe outro, cerca de cinquenta minutos depois, às vezes. Poderia dar outros exemplos, mas não me vou alongar mais, sobre aquilo que é a situação dos autocarros que servem a freguesia de Sarilhos Grandes. -----

Entretanto, como já disse aqui, fomos a uma reunião com a Transportes Metropolitanos de Lisboa, onde esteve o senhor administrador da TML, Rui Lopo, o senhor administrador da AML, Carlos Humberto, e duas técnicas que trabalham na TML, fomos muito bem recebidos, ouviram-nos, tinham os nossos relatórios que já tinham estudado, tiveram muitas propostas em cima da mesa e explicaram-nos alguns pormenores desta operação. Saímos de lá bastante esclarecidos e com o compromisso, que eles têm cumprido, de nos enviar informações sempre que há alterações aqui na área 4. -----

No final do ano, enviaram um email com algumas alterações para a área 4, fiquei muito satisfeita, mas ao ler o email verifiquei que alterações para a freguesia de Sarilhos Grandes eram zero. -----

Hoje, por acaso, recebi mais um email com alterações para a área 4, mas continuam a haver zero alterações para a freguesia de Sarilhos Grandes. -----

Acrescentar aqui que desta reunião com a TML percebemos uma coisa, foi que o senhor Presidente da Câmara Municipal do Montijo e o senhor administrador da



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedem
F.L.
H. Lopes

TML, Rui Lopo, nesta mesma sala, faltaram à verdade, porque na Assembleia Municipal da audição com a AML e a TML, foi anunciado pelo senhor Presidente da Câmara, e até foi afirmado pelo senhor Rui Lopo, que a carreira para Sarilhos estava acordada, isto em direto, e depois em voz-off, foi reiterado aos fregueses de Sarilhos Grandes, que estava de facto, acordada e que só faltavam afinar alguns pormenores. Foi-nos explicado que essa carreira vai sim senhor, teve em discussão, mas nunca vai acontecer porque não é viável, porquê? Por causa do problema crónico que o Montijo tem de trânsito, nomeadamente que apanha as rotundas da Lançada e Apeadeiro. -----

Aquilo que nós, utentes de Sarilhos Grandes, cada vez mais, começamos a assistir e a sentir é que, quer nas reuniões de Câmara, quer em Assembleia Municipal, estamos a ser usados como joguete para trocas de galhardetes político ou partidários entre os vários partidos com assento nesta casa, e estamos profundamente cansados disso. Isso adianta-nos de nada. Nós queremos é soluções para o problema dos transportes. Queremos um serviço de transportes público que sirva a população de Sarilhos Grandes”. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Quero desejar a todos um bom ano novo, um ano que é importante para o Montijo e para o País. Quero também cumprimentar a senhora munícipe e todos os utentes, particularmente pela luta que têm feito pelos transportes públicos, que obviamente tem sido útil, não só para a Câmara Municipal do Montijo sustentar as suas posições junto da Área Metropolitana de Lisboa, como também, para que consigamos ainda mais melhorar o serviço de transportes públicos. Depois, nós temos melhorias em algumas partes, mas



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. J. J.
B. J.
H. J.

temos carreiras que ainda não estão resolvidas. O argumento que colocou relativamente às carreiras que vêm da Moita e passam por Sarilhos, é válido para essas carreiras e é válido para aquela que iria ser feita de novo junto à Área Metropolitana de Lisboa, portanto, esse comentário para Lisboa não me parece válido, tendo em conta que as outras carreiras também passam pelo mesmo sítio. Não há alteração significativa quando se trata dos problemas de atraso, porque o trânsito já essas carreiras têm. Uma carreira nova, que nós sempre decidimos e exigimos, aliás como já tínhamos dito, irá ter os mesmos problemas de trânsito, mas na verdade irá melhorar o problema da sobrelotação de carreiras, que é o grande problema das carreiras que fazem ligação a Lisboa. Também esse argumento não faz sentido, porque já existem carreiras que passam por essa zona, todos os dias e já têm elas próprias o problema do trânsito. -----

Quero dizer-lhe senhora munícipe, que aqui nunca faltámos à verdade, dizer-lhe taxativamente e de forma enfática que nunca faltámos aqui à verdade. Sempre dissemos, quer na Câmara quer na Assembleia Municipal, que esta carreira foi proposta pela Câmara, aliás, em consonância com alguns dos utentes de Sarilhos e isso continua a ser uma reivindicação da Câmara. Penso que percebeu mal e entendo isso apenas, como uma má perceção da sua parte, porque não há efetivamente, falta à verdade, apenas falámos da necessidade de uma nova carreira para resolver o problema da sobrelotação.

A Área Metropolitana de Lisboa, porque estamos a falar de carreiras que são da responsabilidade da mesma, todos sabemos que a responsabilidade das carreiras entre municípios, de acordo com a lei, é da Área Metropolitana de Lisboa, que decidiu, apesar de não ser essa a proposta da Câmara, que fizessem um reforço a partir do posto de abastecimento da Moita, resolveu em parte, mas



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedra
Stb.
Stb.

continuamos a ter, como disse a senhora munícipe, problemas relativamente a Sarilhos e Lançada. Iremos colocar novamente essa questão à Área Metropolitana de Lisboa. -----

Quero agradecer o trabalho, e obviamente vamos continuar, juntamente com todos os cidadãos, a colaborar com a Área Metropolitana de Lisboa no desenvolvimento deste tão importante projeto, os transportes metropolitanos de Lisboa, para a modernidade e para a qualidade de vida dos cidadãos”. -----

O Senhor **Deputado Municipal - Pedro Vieira** (PSD), no uso da palavra, cumprimentou, desejou um bom ano a todos os presentes, e disse: “No que se refere às questões que nos trás aqui a senhora munícipe, e a forma como articulou as situações, diligenciou das várias entidades, junto anda a tentar perceber como é que isto tudo funciona, e de facto, já percebeu que isto não funciona bem. Um sistema de transportes, estabelece-se numa rede de mobilidade que tem como propósito primeiro, servir a população, aliás, o único propósito do sistema de redes e que presidiu até, à Carris Metropolitana, foi aumentar e melhorar as soluções e respostas de mobilidade, dentro da Área Metropolitana de Lisboa. O que é que se passa? É que, mesmo após e já estamos aqui a largos meses, num sistema que nos permite verificar que o sistema tem e lida muito mal com, por um lado, planeamento, e por outro lado, respostas adequadas, portanto, qualquer sistema que deva ser implementado deve ter, dentro de si, mecanismos de controle e de aferição, para suprir necessidades que se verifiquem. O facto dos munícipes terem, continuamente, de se andarem a deslocar à Área Metropolitana de Lisboa, à TML, à Câmara do Montijo, a diversas entidades, permite perceber que não existe um sistema de gestão e controle no



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. de

Ho.

J. de

terreno implantado, capaz para, só por si, verificar as necessidades e dar respostas. Logo aí se percebe que o sistema tem uma enorme falência de conceção e de resposta atempada e adequada. Isto coloca em causa o propósito, primeiro, de servir as pessoas, mas, por outro lado, verifica-se que esse sistema teve, em si, a veleidade de congregar todos os poderes e competências, portanto, a AML chamou a si, e foram-lhe conferidas, todas as competências e por outro lado, o exercício dessas competências por parte da AML, é o que se vê. O que nós podemos dizer é que, produzimos o relatório e iremos discutir, porque no relatório veem patentes todas essas debilidades de conceção”. -----

O Senhor **Munícipe – Miguel Dias**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Eu gostaria de ressaltar que, primeiro, não represento nenhuma comissão de utentes, represento-me a mim mesmo e a um grupo de pessoas que se mobilizou para apresentar esta petição à Assembleia Municipal. É o que é, sabemos que não será a casa por excelência, para resolver este problema da Carris Metropolitana, mas vocês são todos pessoas que os munícipes montijenses escolheram para delegar a nossa voz e, portanto, ter alguma palavra a dizer sobre este assunto. -----

Dizer que, é preciso ressaltar que a Carris Metropolitana é, para nós, um bom projeto e uma boa ideia. Esta ideia de termos uma bandeira, desde Setúbal até Mafra, numa Área Metropolitana de Lisboa complexa e com as suas dificuldades de mobilidade, que consiga, de alguma forma, movimentar os utentes, nestes movimentos pendulares sociais, necessários para toda e qualquer situação, é uma boa ideia e um bom projeto, tem aqui algumas dores de implantação, muitas, principalmente aqui no lote 4, e terá também muitas arestas a limar,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceser
L. H.
Spina

neste processo. Nisto tudo tivemos também o arranque da área norte que pelos vistos, também não está a correr muito melhor, portanto, com os erros não se aprendeu muito. Acontece que há aqui uma necessidade agora, de credibilizar novamente os transportes públicos. Não podemos estar num paradigma atual, em que toda a gente já percebeu a urgência de mudar de hábitos, de todos nós, o máximo possível, aderirmos à nossa mobilidade através dos transportes públicos, não podemos ter os nossos decisores políticos a apelar a população para fazer isso e depois não termos condições de nos movimentarmos por não haver transportes. O Montijo tem o problema crónico dos transportes públicos, tem um problema grande na Carris Metropolitana e infelizmente, nos últimos tempos, também tem o problema, que se tem agravado, na Transtejo, e nós, com estes transportes públicos não nos conseguimos governar e deixar a viatura em casa, que é objetivo que todos queremos. Sabemos que houve melhorias na Carris Metropolitana, neste processo, valorizamos isso, mas sabemos também que um dos principais problemas e lacunas é o da carreira 4701, que foi muito por causa dessa carreira e também das carreiras de ligação a Lisboa e das carreiras interurbanas, que se lançou esta petição, que continua a ser um ponto negro que parece não ter solução à vista. Lamentamos muito isto e não conseguimos perceber como é que, passados sete meses de implantação da Carris Metropolitana, ainda não há uma solução, nem uma ideia de solução. A ideia que o Senhor já falou aqui, que foi lançada pelos utentes e que a Câmara fez questão de se apropriar, o que também é uma questão normal, e aquela narrativa de que a Câmara não tem competências nas carreiras intermunicipais, é claro que não tem, mas tem assento na Área Metropolitana de Lisboa e tem de ter uma voz. Eu apelo ao senhor Presidente e a todos os deputados aqui, que foram eleitos com os nossos



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cesca
H.
Lopes

votos, a juntarem-se aos utentes, a juntarem-se à nossa voz, porque senão nós não vamos conseguir, temos de estar todos juntos. Os transportes públicos não têm ideologia, todos andamos e todos necessitamos dos transportes públicos. Portanto, é esta provocação que aqui vos deixo, no bom sentido, para que, de uma vez por todas, se resolva esta situação”. -----

Seguidamente a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que a **ORDEM DE TRABALHOS**, foi publicitada através do Edital nº 01/2023, no jornal “O Setubalense”, de 09 de janeiro de 2023 e tinha para apreciação e votação o ponto abaixo mencionado: -----

PONTO ÚNICO – Discussão e votação da proposta da Mesa n.º 01/2023 - Relatório da Comissão para análise e acompanhamento do Ordenamento do Território e Urbanismo, referente “**PETIÇÃO TRANSPORTES COLETIVOS RODOVIÁRIOS NO CONCELHO DO MONTIJO – SERVIÇO CARRIS METROPOLITANA**”. -----

Em seguida a senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Ordem de Trabalhos. -----

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO ÚNICO – Discussão e votação da proposta da Mesa n.º 01/2023 - Relatório da Comissão para análise e acompanhamento do Ordenamento do Território e Urbanismo, referente “**PETIÇÃO TRANSPORTES COLETIVOS**”



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aguiar
Fl.
Aguiar

RODOVIÁRIOS NO CONCELHO DO MONTIJO – SERVIÇO CARRIS METROPOLITANA”. -----

“Em 29 de agosto de 2022, foi apresentada à Assembleia Municipal do Montijo, uma Petição, alusiva aos transportes coletivos rodoviários no concelho do Montijo – Serviço Carris Metropolitana. -----

Cabe à Assembleia Municipal garantir aos cidadãos o direito à petição sobre matérias no âmbito e interesse do Município. -----

Nesta sequência e de acordo com o n.º 4, do artigo 65.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Petição foi remetida à Comissão para análise e acompanhamento do Ordenamento do Território e Urbanismo, em 14 de setembro de 2022, para elaboração de um relatório, afim de ser apresentado em plenário da Assembleia Municipal. -----

Conforme estipulado no n.º 4 do artigo 63.º e n.º 7 do artigo 65.º do Regimento, propõe-se: -----

A apreciação e votação do Relatório, produzido pela Comissão para análise e acompanhamento do Ordenamento do Território e Urbanismo, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta”. -----

Sobre a matéria, a assembleia municipal enviou informação escrita, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação, essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, no uso da palavra, disse: “A minha primeira menção é para agradecer aos restantes deputados que exercem



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cesga
Lb
J. J. J.

funções na comissão, da qual eu sou o coordenador, porque os trabalhos desenrolaram-se, sempre de maneira séria, profícua, e eu creio que foi muito urbana, a discussão produzida, portanto eu estou em entender que o contributo dado por todas as bancadas, independentemente da posição que cada um tenha, foi importante para que nós consigamos entregar e devolver à população, uma resposta, que consideramos ser adequada à necessidade criada pela petição. ---- Depois, relativamente à abordagem, nós tivemos uma primeira discussão, no sentido de perceber, e de que modo iríamos desenrolar os trabalhos da comissão para analisar a petição dos munícipes. O primeiro foco foi sempre responder às situações elencadas pelos munícipes, sendo que também nos focámos em perceber de modo mais lato, e não só dedicando-nos ao estrito espectro das questões dos munícipes, tentámos perceber o que é que se passava, afinal, com a Carris Metropolitana, pois verificávamos que, em toda a sociedade montijense a questão é muito relevante, por isso entendemos que tinha de ser feito um trabalho da forma mais séria e abrangente que nos era possível, dentro do estrito tempo que tínhamos. -----

Focados também numa boa gestão do tempo, procurámos enquadrar a nossa análise da situação, utilizando um método, que eu posso dizer que é científico, perceber qual é o problema, perceber quais são as hipóteses, e no final conseguir extrair algumas evidências suportadas, sempre, em factos, tentar com que nada fosse opinativo, de modo a devolver uma série de considerações e tecer algumas recomendações, ainda, no relatório. -----

Portanto, nós entendemos recolher o máximo de documentação possível, desde logo solicitámos às diversas entidades documentação, ou seja, procedimentos contratuais, retirar nos sites, a informação disponível, de horários, perceber o



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Agenda
Fl.
14/13

nível e a qualidade de informação que se encontrava nos sites, também, analisar o que se passava no terreno, houve abordagens também, e recebemos os peticionários, em primeiro lugar, recebemos também a comissão de utentes dos transportes públicos do Montijo, recebemos os representantes das entidades sindicais, depois promoveu-se a audição à AML, que foi uma reunião pública, também houve reuniões, juntamente com a AML, que trouxe a TML, e tivemos uma segunda audiência com a TML, para esclarecer mais situações. Infelizmente, por diversas vezes, tentámos um agendamento com a entidade Alsa Todi, que é o concessionário e não nos foi dada resposta, infelizmente, também a AML não nos remeteu a totalidade da documentação que solicitámos. -----
Portanto, analisando tudo isto, tecemos as considerações que cada um entendeu, versámos o máximo de informação no relatório e o mesmo reflete tudo aquilo que aqui foi exposto”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco** (BE), no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: “Queria dizer, em primeiro lugar, que tive muito gosto em participar nesta comissão, porque acho que todos ficámos mais enriquecidos por debater um tema que é muito importante para a população. -- Sempre tive a opinião de que este projeto é muito importante, mas se não responder às necessidades das pessoas, é um projeto que vai para o lixo, e as pessoas revoltam-se contra o projeto. O problema político que está aqui é esse. É um projeto importante, até pelo valor dos passes e todo um conjunto de outras situações, como por exemplo, podermos deixar os carros em casa, mas terá que responder às necessidades. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Codex
[Handwritten signature]

No Montijo temos o problema de só ter autocarros e barcos, mais nada, enquanto outros concelhos têm transportes alternativos, têm o metro de superfície, tem comboio, autocarro e barco para se deslocar para Lisboa.

Agora, se os autocarros têm o problema que se está a ver, e a Transtejo também, o mesmo barco está a fazer carreiras para Lisboa de ida e volta, o problema é grave. -----

Apercebemo-nos de que não foi permitida à empresa Alsa Todi comprar autocarros com lotação superior a 65 lugares, foi uma decisão da AML e da TML, que proibiu a empresa de adquirir autocarros de 70 lugares. -----

Na minha opinião, ao longo deste processo todo o lote 4 serviu de cobaia para todos os outros. O lote 4 não era para arrancar no dia 01 de junho, mas sim no dia 01 de julho, quando arrancou o lote 3, em Almada e perante os problemas que houve que houve, não foi por acaso que adiaram o arranque dos transportes no lote 1 e lote 2 para janeiro deste ano. Não se percebe é porque é que ao fim de sete meses continuam a verificar-se os mesmos problemas. a Alsa Todi não tinha condições para arrancar com o projeto no dia 01 de junho, não tinha motoristas para todas as carreiras e depois tiveram que ir buscar cerca de 50 motoristas a Cabo Verde e já foram buscar mais 25, para “tapar os buracos” e tentar melhorar o serviço. Alguns dos problemas que se verificam têm a ver com isto. Permitiu-se à Alsa Todi fazer 70% das carreiras e que a própria Alsa Todi contratasse outra empresa para fazer os outros 30%. De onde apareceram os autocarros da outra empresa? Não apareceram, não havia. E o que eu acho estranho é que, com a experiência das pessoas que estão na AML e na TML, via-se que isto ia dar buraco, mas avançou-se com o processo. Portanto, este é



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cespu.
Ed.
H. J. M.

um problema bastante sério, e o projeto que era importantíssimo, está desacreditado”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Jorge Cordeiro** (CDU), no uso da palavra, cumprimentou os presentes e leu uma **Declaração Política**, cujo teor a seguir se transcreve: “Relativamente à proposta Nº 1/2023, relativa ao relatório de apreciação da petição “Transportes Rodoviários de Montijo Carris Metropolitana”, reafirmamos a defesa dos interesses dos munícipes de Montijo, utentes de transportes rodoviários assumida desde sempre pela bancada da CDU. Reafirmamos a nossa solidariedade com os subscritores da petição, reconhecendo a validade das suas queixas e sugestões assim como as de qualquer grupo de cidadãos ou comissão de utentes. -----

Relativamente ao relatório elaborado, como corolário do trabalho realizado pela Comissão mandatada para analisar a referida petição, em sucessivas reuniões, nas quais foram ouvidas as várias partes intervenientes, à exceção da empresa privada Alsa Todi, que não se dignou comparecer, originando a presente proposta de onde realçamos: -----

-A análise de todas as condições práticas que levaram a que o serviço oferecido aos utentes fosse de carácter francamente insatisfatório. -----

-A audição dos intervenientes, quer no processo de elaboração do serviço prestado, quer das várias entidades críticas do mesmo processo. -----

Concordamos com o que é mencionado neste relatório, detalhadamente, acerca das falhas no terreno. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aguiar
[Signature]
[Signature]

Entendemos também, que as conclusões retiradas dos trabalhos da comissão, não consideram, como deveriam, a parte fundamental deste processo e que é o incumprimento contratual por parte da empresa privada Alsa Todi. -----

Este facto é inaceitável, porque a empresa é detentora de um historial de monta no campo dos transportes rodoviários, que tendo ganho o concurso internacional, tem a obrigação de honrar os seus compromissos. -----

Sentimos também que nas conclusões deste relatório é inexistente a defesa e valorização do sistema de passe intermodal a baixo custo, com tendência para a gratuitidade, que urge preservar e defender, como foi realçado na intervenção realizada na Assembleia Municipal extraordinária, subscrita por 14 Deputados, aquando da audição da AML e da TML sobre esta matéria. -----

Com efeito, esta solução de folie cariz social, não será nunca do agrado daqueles que defendem um sistema de transportes privado, no qual o lucro dos operadores se sobrepõe sempre acima de tudo e de todos. -----

Não é aceitável a subvalorização, que é feita nesta proposta de relatório, ao papel do poder central e do poder local na AMLV no entendimento pela criação do passe intermodal a baixo custo, a caminho da gratuitidade. -----

Assim, e sendo coerentes com a posição subscrita pela maioria dos deputados desta assembleia nomeadamente do PS, da CDU e do BE, sujeitamos o nosso sentido de voto à inclusão na proposta em discussão, de um parágrafo sobre a responsabilidade de incumprimento contratual por parte da empresa Alsa Todi, e de outro parágrafo sobre a reafirmação da criação da TML e à valorização do sistema de passe intermodal de baixo custo a caminho da gratuitidade, medida fundamental no cumprimento do direito à mobilidade das populações que a Constituição da República Portuguesa consagra". -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder.
Jo.
d. Silva

O Senhor **Deputado Municipal – Jorge Cordeiro** (CDU), continuando no uso da palavra, disse: “Assim sendo, e em consequência, apresentamos a nossa proposta para a inclusão destes dois parágrafos no referido relatório, que passo a ler: “A proposta prevê a inclusão destes dois parágrafos na página 26, no local assinalado pela letra A, que será acima da primeira figura: -----

-Responsabilidade pelo incumprimento contratual por parte da Alsa Todi, originando consequências nefastas para os utentes; -----

-Valorização da criação da TML e do Passe intermodal a baixo custo a caminho da gratuidade, pilar fundamental no cumprimento do direito à mobilidade das populações que a Constituição da República Portuguesa consagra”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Carlos Ferreira** (CDS-PP), no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Gostaria de, apenas referir, muito rapidamente e em ponto prévio que, estamos aqui todos hoje numa Assembleia Municipal Extraordinária, para discutir um ponto único que é a análise de um relatório feito por uma comissão desta Assembleia Municipal, como tal, e como deputados eleitos, livres, o que se nos exige é que tenhamos honestidade intelectual e respeito pelo voto dos munícipes, os mesmos munícipes que nos aqui puseram, mas que também os mesmos que foram prejudicados durante cerca de seis meses, de forma inaceitável. Portanto, como ponto prévio, gostaria de apelar a que todos tivessem essa capacidade. Não estamos aqui a analisar os transportes diários de passageiros que vamos ter daqui a seis meses, nem sequer os que temos hoje, estamos aqui a analisar, em consequência de uma petição que entrou aqui em determinada data, e tudo o que aconteceu entre essa data e o dia em que terminou o trabalho da comissão. Estamos a analisar um relatório



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]

melhorias, desde o período em que começámos o nosso trabalho, até agora, mas que persistem problemas e que, nomeadamente, esses problemas afetam fundamentalmente os utentes da zona de Sarilhos Grandes, aqui no lote 4. Portanto, penso que devemos continuar a colaborar entre nós, com a câmara, para virmos a resolver estas questões. No entanto, o nosso relatório põe um bocado, o dedo na ferida, em relação a um conjunto de deficiências, que são fundamentalmente funcionais, e que infelizmente, hoje vi na imprensa, que se estão a reproduzir a norte do Tejo, com a implementação da Carris Metropolitana, agora a partir dia 1 de janeiro. -----
Porém, isso é certo que algumas ou todas as deficiências são inexplicáveis ou dificilmente explicáveis, porque existem coisas que são de palmatória, que não se percebe bem como é que se chegou a este ponto, não deixamos de ter a nossa posição em relação ao projeto, em si, que é um projeto de valorização dos transportes públicos, que muito nos é, politicamente e socialmente caro, que tem efetivamente, uma dimensão social e ambiental que nós continuamos a entender de grande importância e que envolve também a questão do passe intermodal a preço acessível, que foi uma autêntica revolução social ao nível da mobilidade e que não pode ser posta em causa pelas deficiências que, são verdadeiras, foram identificadas, estão concretizadas e em relação às quais nós temos que lutar. ---
Sei que estamos a discutir a questão específica da Carris Metropolitana e a especificidade do relatório que aqui apresentamos hoje, e que vai merecer o voto favorável da bancada socialista, mas não posso deixar de chamar à atenção e de partilhar convosco, nomeadamente com o senhor Presidente da Câmara, os problemas que são crescentes a propósito dos barcos da Transtejo e que nos faz



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex
Sb.
S. J. M.

feito e muito bem coordenado e é o que esta assembleia, hoje, tem que decidir, se o aprova ou se o rejeita. No fundo o que se pede aqui, em nome dos munícipes, que saíram prejudicados durante estes últimos seis meses, é que esta assembleia diga se concorda com as conclusões do relatório e assuma a defesa dos munícipes, ou, se por outro lado, acha mais confortável, a defesa daqueles que o relatório identifica como mais responsáveis por todos estes prejuízos. -----
Era bom que todos tivessem lido, em pormenor, todo o relatório e que o discutíssemos, sem perder tempo com outras coisas que podemos tratar noutras Assembleias Municipais". -----

A Senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “A minha observação divide-se aqui em duas partes, primeiro a questão do relatório, eu fiz parte da maioria das reuniões, e efetivamente foi um gosto ver a maneira séria como se desenvolveu os trabalhos, isso agradeço a todos os presentes, mas também ao seu relator, que desenvolveu o trabalho dentro de uma metodologia, de procura de dados, de procura de fundamentações, de uma forma isenta, séria e objetiva. Dados esses que depois confluíram nas conclusões e recomendações, que se apresentam respetivamente, nas páginas 23e 29 do relatório, que também foram motivo de discussão entre todos os representantes dos partidos, que lemos, partilhámos, demos sugestões, que, pelo menos da minha parte, foram integralmente introduzidas no corpo do relatório. -----
Dito isto, e dito que, efetivamente, fizemos, certamente o nosso melhor, que em termos funcionais, como bem sabemos, é bem pouco e não corresponde à premência e á urgência que os utentes continuam a ter. Percebo que existem



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Cesca' and other illegible signatures.

correr o risco de que o Montijo, que está no centro do mundo, comece a ficar isolado”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – André Ribeiro (IL)**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: “Quero também dizer que foi um gosto participar na comissão, foi com muito afeto que a IL deu o seu contributo, mas dizer também, que isso levanta-me dúvidas se vai suscitar alguns efeitos na prática, junto dos responsáveis pela operação, porque uma pessoa, passados estes meses de ter realizado esse trabalho, ainda hoje na imprensa, como já foi referido, vem todos os problemas identificados a norte de Lisboa, portanto, na margem norte, inclusivamente a prática da TML e até vou referir o último parágrafo, *“A SIC pediu esclarecimentos à Carris Metropolitana, que adiou a resposta, tendo em conta que a administração da empresa vai reunir-se durante a tarde de sexta-feira”*, portanto, é sempre mais do mesmo daquilo a que nos vão habituando. -----

Agora, tecendo aqui algumas considerações relativamente àquilo que o utente e o cidadão Miguel Dias referiu, a Carris Metropolitana é um bom projeto, uma boa ideia, eu até diria que é um bom conceito e eu acompanho totalmente isto. Acompanho também que o SNS é um bom projeto, se não fossem as listas de espera, as falências de serviço, a falta de médicos de família. A justiça também é um bom projeto, se não fossem os atrasos nos processos judiciais e outros problemas que nós conhecemos. A segurança social também é um bom projeto, se não fosse a falência financeira angustiante que todos nós aguardamos. A segurança pública também, é um bom projeto se não houvesse aumento da criminalidade e a desvalorização da carreira dos polícias. O ensino público



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures in blue ink:
C. Silva
L.
J. Silva

também é um bom projeto se não houvesse a falta de professores, carreiras docentes, todos os problemas que estamos a sentir diariamente. Portanto, tudo isto é um bom projeto, mas leva-nos a uma descredibilização dos serviços públicos que nos estão a ser prestados, que depois temos que pensar em alternativas realmente válidas. Foi por tudo isto é que vim para a política, e convido todos os cidadãos a participar ativamente, porque temos que construir alternativas válidas para mudar todo este paradigma, porque isto vai-nos criando desconfiança, e voltando aos transportes públicos, até dá aso a criar várias empresas satélite para se aproveitar desta desconfiança e desta falência de serviços. -----

Ainda tecendo outra consideração, relativamente ao que disse o senhor deputado Pisco, sobre o valor dos passes, é verdade, se funcionasse era uma maravilha, mas de que é que me vale pagar quarenta euros, se não consigo utilizar os transportes, se não consegue garantir o que eu preciso de cumprir e as responsabilidades que eu tenho ao longo do dia. Tudo isto é muito preocupante. Reforço este relatório que foi muito bem acompanhado pela comissão e pelo deputado Pedro Vieira, vamos votar favoravelmente, até porque foi um contributo sério que nós fizemos, mas de facto, deixem-se dizer que tenho muitas dúvidas se isto vai surtir algum efeito junto dos responsáveis. No entanto, é mais uma pedra para construir uma escada, digamos assim, no sentido figurativo, para ver se conseguimos atingir o objetivo”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Ana Dias Neves (PSD)**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e leu uma **Declaração Política**, cujo teor a seguir se transcreve: “A questão dos transportes públicos rodoviários na Área



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cesga
Ho
H. H. H.

Metropolitana de Lisboa tem constituído, no último meio ano, um grande problema para quem, seja por necessidade, seja por opção, recorre a tal oferta numa base diária para as suas deslocações, quer para o trabalho, quer para a escola, quer para os serviços públicos de saúde, cada vez mais centralizados. E os pobres utentes do concelho do Montijo serviram de cobaia para uma experiência que, durante muitos meses que ainda não terminaram, tem vindo a dar muito mau resultado. -----

Já nesta sala muito se ouviu, se disse, se discutiu e se decidiu sobre este assunto, a partir do momento em que, pela apresentação de uma Petição por parte dos utentes a este órgão municipal, se optou por atribuir à Comissão para análise e acompanhamento do Ordenamento do Território e Urbanismo a tarefa de analisar, tirar ilações e fazer recomendações aos decisores. -----

Tal comissão reuniu por várias vezes, analisou muitos documentos, ouviu muitos dos responsáveis e das pessoas afetadas, tirou conclusões, em suma, trabalhou de forma abnegada e exaustiva no que lhe era pedido e o resultado consta deste documento. -----

Foi iniciativa desta assembleia, sob proposta do PSD, ouvir diretamente em sessão extraordinária os responsáveis da AML, que se fez acompanhar da entidade gestora, a Transportes Metropolitanos de Lisboa; -----

Foi também aqui discutida a consequência, para nós inevitável, da atuação de tais entidades em todo o processo: sob a forma de uma moção de censura, uma censura clara, que indicasse inequivocamente aos responsáveis que este órgão, a Assembleia Municipal, exige responsabilidades a quem, no exercício de competências de gestão de interesses e direitos da população, não cumpre,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cesari
[Signature]
[Signature]

destrói confiança, malbarata recursos, e por fim causa prejuízos que não se prontifica a reparar. -----

Na verdade, apesar de terem aqui sido assumidos erros e reconhecido que o interesse público não se encontra acautelado, a ilação lógica num estado de Direito seria o pedido de demissão. Nem ele teve lugar, nem esta assembleia aproveitou a oportunidade para exigir tal demissão, demitindo-se dos seus deveres e no seu conjunto tornando-se cúmplice de tal atuação. -----

Lemos com muita atenção o relatório. Há muito para dizer, mas do mesmo vou salientar apenas três questões, que me parecem sobressair de forma óbvia: -----

Primeira - que o modelo que foi concebido não foi planeado segundo as necessidades; eu não sou gestora; no entanto, se me fossem dados meios e pedido para assegurar a resposta a determinada necessidade, e se já houvesse uma resposta anterior, embora deficiente ou insuficiente, trataria de verificar que problemas existiam, que pontos teriam de ser melhorados, que situações teriam de ser resolvidas, o que tinha de ser substituído; aqui, o que aconteceu foi destruir tudo para fazer diferente, fazer tábua rasa de toda a experiência anterior, tudo novo, sem conhecimento das necessidades a que se tem de dar resposta; é que, quando o projeto é defeituoso, não se pode exigir que o cumprimento do mesmo, o pô-lo no terreno, resulte bem. A incompetência, por parte da entidade gestora, não saber o que se faz foi, assim, o maior defeito deste modelo. -----

Segunda - que a preocupação que predomina é a afirmação da marca, desde logo pela adoção do prestigiado nome Carris, indicativo de um serviço público urbano de transportes em Lisboa, fiável e efetivo, pelo apelo da imagem e da cor, pela publicidade, pelo conceito global; no entanto, a informação aos utentes é deficiente, enganosa ou inexistente, não se dá resposta às reclamações, não há



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceja
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

um apoio ao cliente, não se planeou a facilitação dos pagamentos dos títulos, na disponibilização de postos de venda, mesmo virtuais. Portanto, mesmo a desejada imagem de modernidade e inovação falece. -----

A afirmação da marca Carris, como empresa pública eficiente, esconde afinal uma concessão privada deficiente, que afinal serve como bode expiatório para a frustração de todas as expectativas, como vimos aqui em direto e a cores pelo alijar de responsabilidades dos responsáveis da AML/TML. -----

Terceira – É necessário que responsabilidades sejam assumidas. Há certamente responsabilidades de ordem civil, prejuízos causados à vida das pessoas, atrasos e faltas ao trabalho, gente que pagava o seu passe e não lhe era permitido aceder ao transporte. -----

Há responsabilidades de ordem laboral, da área do ilícito de contraordenação, que deveriam suscitar a intervenção das autoridades. -----

Há responsabilidades políticas, em vários degraus: -----

- de quem se demitiu de fazer o seu trabalho de forma diligente, que também por omissão deixou sem serviço de transporte tantos utilizadores;
- de quem não exige o cumprimento dos contratos em que é interveniente;
- de quem não pede responsabilidades a quem nomeou; -----
- de quem detém a tutela política destas entidades – TML, AML. -----

Todos os dias vimos a falta de vergonha de quem tem responsabilidades políticas, principalmente ao nível do Governo da República, em que, apesar dos escândalos diários de compadrio e corrupção, ninguém assume responsabilidades nem tirilhões, agarrando-se ao poder como lapas, e só cedem em último caso e à força, perante o arrastar do nome na lama dos noticiários e das redes sociais. -----

Estamos aqui perante caso não menos importante. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures in blue ink:
C. de
F. L.
J. P.

Votamos assim, a favor da aprovação integral deste relatório”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Alice Seixas (CH)**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “O CH teve muito gosto em fazer parte desta comissão, onde todos estavam empenhados em tentar que este problema complicado se resolvesse. Dizer também, que o coordenador desta comissão, o senhor deputado Pedro Vieira, está de parabéns, o relatório está muito bem elaborado, explica muito bem os pormenores relacionados com a situação em questão. Vamos aguardar, então pelo resultado final, esperamos que seja o melhor para os utilizadores dos transportes públicos, que tão prejudicados têm sido a nível pessoal e profissional. -----

A título informativo, fiz uma breve pesquisa no portal da queixa, e retirei uma reclamação que diz o seguinte: “*Os horários não estão a ser cumpridos, as rotas foram alteradas, foi para isto que pagámos os passes?*” Esta queixa foi retirada a 11 de janeiro de 2023, o que me remete para o documento que o CH apresentou em sessão ordinária em junho de 2022, recomendando que se tomasse as devidas providências para que os utentes fossem ressarcidos do dinheiro investido em passes, que nunca foram utilizados. Esse documento do CH foi rejeitado pela assembleia. Pergunto, devem estes utentes ter alguma esperança de reaver estes montantes investidos?” -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Ainda antes de tecer alguma consideração acerca do relatório, vou sou ao que refere a declaração política da CDU, sobre duas situações relativamente ao relatório, nomeadamente a introdução de dois pontos. Nós temos de perceber



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. J. J.
L. B.
J. J. J.

duas situações. Relativamente, e vou à mais simples, *Valorização da criação da TML e do Passe intermodal*, é assim, nós temos a câmara e o estado central que têm competências e atribuições que delegam e as concentram na AML. A AML cria uma empresa subsidiária que é a TML, que faz aquilo que a AML deveria fazer, ou seja, a AML faz contratos de concessão de que a TML é só a gestora. E valorizar a criação da TML a que propósito? Eu não posso valorizar nem desvalorizar. A TML, do que nós apurámos na comissão, faz aqui um papel de rotatividade. Em vez da AML falar diretamente com a Alsa Todi, passa primeiro pela TML, que faz também o papel de gestora, é uma figura necessária. Eu não sei até que ponto, neste momento, a TML tem valor ou não tem, o que nós percebemos é que a TML é o apêndice, que foi assim que se intitulou o senhor da TML. É o escudeiro para a AML não ser convocada a responder diretamente sobre as políticas que deveria pôr em prática. A TML é uma espécie de amortecedor e, portanto, valorizar a criação de um amortecedor, não sei se isto tem valor, sou muito crítico do papel da TML neste processo. -----

A questão do passe intermodal, sim senhor, foi e é uma conquista que eu valorizo e compreendo bastante essa conquista, no entanto, o passe intermodal, no âmbito do relatório, não era criticado pelos munícipes, nem focado na petição. Há muitas outras coisas que podiam ser focadas, agora, fazerem parte do relatório, não vejo porquê, mas não tenho problema em colocar que o *passe intermodal a baixo custo a caminho da gratuitidade, pilar fundamental no cumprimento do direito à mobilidade das populações*, agora, *valorização da criação da TML*, não sei aonde se suporta esta evidência. Pedia ao senhor deputado que concretizasse qual é o suporte, qual é a evidência, qual é o valor que isto nos trás. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aguiar
JL
Handwritten signature

Relativamente à *responsabilidade pelo incumprimento contratual por parte da Alsa Todi*, essa está cá, só que nós não somos gestores do contrato e os contratos são coisas muito complexas, nós não podemos aferir e dizer que o contrato não foi cumprido, porque para tal eu pergunto-lhe, qual foi a cláusula que não foi cumprida? Porque eu não sei e isso nunca ficou evidente. A AML nunca nos disse qual era a cláusula que não estava cumprida, a TML também não nos disse. -----

Nas conclusões também está cá, *“O sistema de transporte público coletivo da Carris Metropolitana, do Lote 4, não assegurou a totalidade das carreiras desde o momento da entrada em funcionamento no dia 01 de junho de 2022 e com muitos sobressaltos até ao presente mês de novembro de 2022, significando que durante 6 meses é prestado um serviço deficitário e não coincidente com as necessidades da população, com as expectativas criadas pela AML, e não correspondente ao contratualizado à Alsa Todi”*. Pronto é isto, nós não podemos dizer que não cumpriu, mas podemos dizer que não é correspondente ao que foi contratualizado, porque, como é óbvio, não se realizaram as carreiras todas, o que não sabemos é quais foram as razões, uma foi a falta de motoristas, mas também não sabemos se a falta de motoristas advém, do facto da Alsa Todi não ter assegurado o número de motoristas suficiente e em quantidade para responder ao contrato inicial, ou se foi decorrente das cinquenta alterações semanais que nos foram chegando. Não sabemos concretamente, e o isto revela é falta de planeamento. -----

Portanto, relativamente à valorização da TML, não. -----

Relativamente ao passe intermodal, sim. -----

Relativamente à responsabilidade pelo incumprimento contratual por parte da Alsa Todi ..., podemos dizer que há evidências de incumprimento contratual, mas



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ced. u.
S.G.
H.V.

dizer que há responsabilidade no incumprimento, eu não posso dizer, não sou juiz". -----

A Senhora **Deputada Municipal – Isabel Grosso** (PSD), no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e leu uma **Declaração Política**, com o título, **Transportes Coletivos Rodoviários no Montijo, Serviço Carris Metropolitana nas zonas Rurais de Pegões e Canha**, cujo teor a seguir se transcreve: **“O direito à mobilidade é um direito fundamental de todos os cidadãos.** Compete às autarquias em articulação com as freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo das suas atribuições, nomeadamente na área dos transportes, conforme plasmado no artigo nº 23º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) - Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos é dada a perspetiva do direito humano à mobilidade baseada num dever de cidadania igualitária: toda a pessoa tem direito à educação, ao trabalho e a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar. -----

A Constituição da República Portuguesa define, ainda, que todos têm o direito à proteção na saúde, o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso, êxito escolar e o direito ao trabalho (conforme artigo 64.º, 74.º e 58.º respetivamente). -----

As freguesias de Canha e União das Freguesias de Pegões estão separadas geograficamente da capital do concelho. Já é recorrente alertar que esta distância se acentua cada vez mais, nomeadamente nos sectores de transporte, da saúde e da educação. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cezar
[Signature]
[Signature]

Deste modo, para além de um direito, é imperativo a acessibilidade da população a meios de transporte adequados às exigências da vida quotidiana. -

A 1 de Junho de 2022, entrou em vigor o designado Lote 4 da Área Metropolitana de Lisboa (AML), que abrange os concelhos de Montijo, Alcochete, Moita, Setúbal, Palmela e Barreiro com o objetivo de uma melhoria do serviço de transportes públicos, reforçando a qualidade do serviço prestado a todos os utilizadores. Contudo, desde essa data, foi notório constrangimentos na operação do transporte coletivo rodoviário, que colocaram em causa a vida pessoal e profissional, limitando o direito ao acesso à saúde e à educação dos utentes. -----

É premente a necessidade de transportes, sobretudo pelos nossos jovens como meio para aceder às escolas e pela nossa população envelhecida para aceder aos espaços de saúde, face à ausência de médicos nos centros de saúde locais. -----

Pese embora, se verificarem algumas melhorias e pré-disposição em continuar a melhorar, no que concerne às carreiras previstas, ainda persistem lacunas/falhas que devem ser corrigidas nomeadamente: -----

1. A informação dos horários dos autocarros (afixadas nas paragens e disponibilizadas no site); -----
2. Cumprimento dos percursos previstos nos respetivos horários; -----
3. Criação de locais/condições para a aquisição e carregamento dos passes nestas freguesias, dado que só é possível nas lojas da Carris Metropolitana. Existe apenas uma no Montijo, encerrada aos fins de semana. Não há nenhuma alternativa existente nestas freguesias, promovendo a desigualdade no livre acesso à venda de títulos, informações e outras facilidades que devem ser assegurados todos os dias aos utentes; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Adm.
Jo.
duke

4. Revisão do sistema tarifário, revendo os valores pagos que penaliza de forma injustificada o acesso ao transporte nos locais mais periféricos, em benefício da coesão territorial; -----

5. As paragens em grande número não oferecem condições adequadas à estadia bem como à segurança, muitas encontram-se: -----

a. Em bermas ou junto a valetas de estradas movimentadas; -----

b. Sem uma base estável (pavimentada) de estadia para as pessoas, sem qualquer abrigo; -----

c. Sem sinalização dos autocarros e/ou horários disponíveis; -----

d. Em estradas movimentadas sem passadeiras que assegure o atravessamento em segurança dos utentes; -----

e. Em estradas movimentadas sem recesso que assegure a paragem do autocarro fora da faixa de rodagem. -----

Recomendação: -----

A Câmara Municipal do Montijo de acordo com as suas competências, elencadas no artigo nº 33 do RJAL deverá desenvolver diligências no sentido de contribuir:

1. Para que os direitos dos cidadãos se tornem efetivos, cumprindo a sua missão com vista a melhorar a qualidade dos transportes e garantir uma igualdade efetiva de oportunidades a todos. -----

2. Para assegurar o transporte coletivo rodoviário em qualidade, quantidade e frequência necessárias para estas freguesias periféricas, cumprindo o disposto no nº 1 do artigo 44º da CRP”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Carlos Ferreira (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse: “O CDS tomou aqui nota de um documento que foi distribuído por parte da



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. J. J.
H. C.
J. J. J.

CDU e nós temos a dizer que, no dia em que os transportes metropolitanos funcionarem corretamente e os utentes estiverem satisfeitos, nós seremos os primeiros a propor um voto de louvor à gestão contratual por parte da AML e da TML, mas agora não. O Partido Comunista vem-nos apresentar aqui uma cartilha que já tentou injetar na reunião da comissão e que não conseguiu, cartilha esta que também já vem da Assembleia Municipal de Setúbal, onde a TML e a AML foram muito bem defendidas pelo Presidente da Câmara de Setúbal. Mas, esta defesa da AML e da TML, apenas por estas entidades serem, neste momento, geridas por comunistas, lá colocados no tempo da geringonça, não teriam que ter, da vossa parte, esta tentativa de branqueamento, por esse motivo, mas têm, e é essa a grande diferença que nos separa. Nós, CDS, defenderemos sempre os interesses dos munícipes, independentemente de que partido gostam ou votam, enquanto que o PCP demonstra aqui, que são mais amigos dos comunistas da AML e da TML, que as gerem, do que dos munícipes que votaram aqui e vos colocaram no lugar onde estão. São opções e atitudes que os partidos tomam e que o povo, espero que não esqueça. -----

O CDS entende que este relatório da comissão sobre esta petição, oportunamente trazida a esta casa, deve ser divulgado o mais possível, por toda a Área Metropolitana de Lisboa e deve ser explicado em todas as sedes onde isso for solicitado, pelo senhor coordenador, ou por quem a Assembleia Municipal assim o designar, e tentarmos que seja um documento que traga alguma justiça a tudo isto que aconteceu aos munícipes do lote 4, são trezentos e quinze milhões duzentos e oitenta mil eleitores, é muita gente, e esta vossa cartilha, não fosse este um assunto tão sério, dava vontade de rir". -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aguiar
Ilhéu
Salpico

O Senhor **Deputado Municipal – Francisco Salpico** (CDU), no uso da palavra, disse: “De tudo o que nós ouvimos na comissão, ficou claro que o principal problema que causou esta situação gravíssima nos transportes, foi a falta de motoristas e quem tinha a incumbência de arranjar os motoristas necessários, era o concessionário privado da Alsa Todi. Pode haver razões compreensíveis para que isso tenha falhado, mas isso era incumbência contratual da Alsa Todi. – Relativamente às considerações feitas pelo senhor deputado Pedro Vieira, parece-nos bem esta alteração que ele propôs ao primeiro parágrafo, que ficaria, *“existem evidência de responsabilidade pelo incumprimento contratual por parte da Alsa Todi, originando consequências nefastas para os utentes”*. -----

O segundo parágrafo nós proporíamos que ficasse assim: *“Valorização do Passe intermodal a baixo custo a caminho da gratuitidade, pilar fundamental no cumprimento do direito à mobilidade das populações que a Constituição da República Portuguesa consagra”*. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, pediu ao senhor deputado Francisco Salpico que fizesse chegar à Mesa a nova proposta. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Ilhéu** (PSD), no uso da palavra, cumprimentou os presentes, e disse: “A minha intervenção vem no sentido de apenas lembrar que os jovens e as crianças são os principais prejudicados pela falta de transporte de qualidade e pelas suas constantes falhas. Os jovens e as crianças não têm outra forma de se deslocar para os respetivos estabelecimentos de ensino ou laboral no caso dos jovens trabalhadores. Em suma, a falta de cumprimento dos horários não permite que executem as suas tarefas diárias,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cezar
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

quer sejam de lazer ou laborais, assim como descritas no relatório que estamos a discutir, apresentando bem a realidade dos transportes no Montijo”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, disse: “Relativamente à proposta de inclusão de dois parágrafos, o que nós temos a dizer é o seguinte: na realidade este primeiro item, *“responsabilidade no incumprimento contratual...”*, isto está aqui contido, não com esta linguagem exatamente, mas está nomeadamente na página 24, logo no primeiro ponto da conclusão, *“o sistema de transportes públicos coletivo ...”*, e termina com, *“e não correspondendo ao contratualizado à Alsa Todi”*, portanto, acho desnecessário voltar a dizer, e aliás, não é só aqui que esta ideia surge, surge em vários pontos do relatório. -----

Relativamente ao segundo ponto, eu entendo que o relatório não tenha nenhuma referência ao passe intermodal, uma vez que o relatório é a apreciação de uma petição, que faz o levantamento das dificuldades encontradas e por isso o passe não é referenciado. Porém, se assim entender esta assembleia, não temos nada em contrário a que esta última versão apresentada possa referir *“O Passe intermodal a baixo custo a caminho da gratuitidade, pilar fundamental no cumprimento do direito à mobilidade das populações que a Constituição da República Portuguesa consagra”*. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Quero dizer que nós concordamos que a Carris Metropolitana é um bom projeto, é um projeto relevante na área metropolitana, pode-se considerar que, caso a sua concretização seja levada a bom porto, arrisco dizer que poderá ser um dos



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceja
L.
J. L.

pilares da mobilidade. É preciso ver que a Área Metropolitana de Lisboa não congrega em si, somente a Carris, mas vai agregar vários aspetos da mobilidade, aliás, pela transferência, já agregou e irá agregar ainda mais, para que se tenha noção, a própria Transtejo, e a Soflusa, vão ser transferidas para esta entidade. Portanto, esta entidade que nós, duvidamos muito da maneira como tem conduzido isto, porque dizer-se que este é um bom projeto é fácil, mas dizer não chega, é preciso concretizar, e quem concretiza são pessoas capazes de levar a bom porto a condução das políticas e nós o que estamos aqui a avaliar num órgão político é precisamente a condução das políticas, que foram mal planeadas, mal desenhadas, mal implementadas, mal contratualizadas, mal exigidas, porque também não se exige o cumprimento dos contratos, quer a AML, quer os TML, foram muito lesto, quando cá vieram ainda estavam a dar início a alguns procedimentos, mas diziam que o que estava errado era por culpa da Alsa Tody, que, ao mesmo tempo e em sintonia com os sindicatos, dizia que existia muita responsabilidade da parte da AML e da TML que estavam sempre a alterar as coisas. -----

Esta situação é muito preocupante, porque uma equipa incompetente na fase de um projeto, não podemos esperar que venha a ser capaz de trazer situações capazes. Trabalhar com estes pressupostos incompetentes não se pode esperar que venham a apresentar um trabalho competente. -----

Todos sabemos que existem corresponsabilidades neste carrocel de responsáveis, a empresa Alsa Todi tem responsabilidades, a AML tem responsabilidades, a TML tem responsabilidades, mas nós não temos tutela sobre a Alsa Todi, senão teríamos analisado o contrato, teríamos verificado, teríamos, se calhar, imediatamente impedido a Alsa Todi, de utilizar mão-de-obra quase



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Carre
Sb.
H. J. K.

escrava, em incumprimento de horário e em incumprimento de legislação laboral. Como é que uma entidade, AML, que é pública e é obrigada a respeitar as leis da república, como é que há gestores públicos, como é que há políticos, que se arrogam de fazer cumprir, e mal, as necessidades de mobilidade, em incumprimento da legislação laboral? E reiterado, porque é o longo de muitos meses. Como é que eles sabendo que não cumprem, dizem que estão a fazer o seu melhor? Eles estão a fazer o pior, que é permitir que alguém não cumpra a lei para fazer cumprir um contrato de funções públicas, que é um contrato de transporte de pessoas, pior ainda, é que eles só podem fazer, no máximo, duas horas e há motoristas a acumular seis horas suplementares, que tem aqui um culminar, que é a segurança, e depois há relatos de motoristas a dizer que a AML e a TML estão muito espantados porque o nível de toques que os autocarros dão apesar de ser novos e mais eficientes não baixou. Não baixou, obviamente, porque os motoristas andam cansados, e até, colocam em risco as pessoas. E não existem incidentes mais graves por causa da baixa velocidade de exploração no Montijo, que não chega a 15 km por hora, portanto, nós andamos à velocidade dos cavalos e das mulas. Temos andado de “cavalo para burro”, e ainda dizem que o sistema de mobilidade funciona. Funcionará, eventualmente um dia, mas não é agora, porque neste momento, e para mim, está clarinho que temos uma entidade política incompetente na gestão deste processo”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Carlos Ferreira (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse. “Temos beneficiado aqui da boa vontade da senhora Presidente e temos falado de outros meios de transporte, outros assuntos e outros temas que saem um bocadinho do relatório em apreço no ponto da ordem de trabalhos, mas



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. J. J.
[Signature]
[Signature]

compreendemos muito bem. Nós, no CDS, somos pequeninos, mas temos fé e acreditamos nos valores humanos, no discernimento humano e vamos passar os nossos próximos seis minutos, dentro do tema e dentro do relatório a tentar convencer a CDU a votar favoravelmente o relatório da comissão, na defesa dos munícipes lesados. -----

Da ponderação efetuada, em primeiro lugar, das queixas da população e das audiências efetuadas, da consulta à documentação disponível e todas as diligências e contactos estabelecidos, apurou-se o seguinte quanto ao funcionamento da Carris Metropolitana na área do lote 4 e focados na missão que é servir o concelho do Montijo. -----

O sistema de transporte público coletivo da Carris Metropolitana do lote 4 não assegurou a totalidade das carreiras desde o momento da entrada em funcionamento no dia um de junho de 2022 e com muitos sobressaltos até ao presente mês de novembro, na altura do relatório de 2022. As necessidades da população com as expectativas criadas pela AML e não correspondente ao contratualizado à Alsa Todi, verifica-se que não se realizam parte dos horários previstos com consequências muito graves para toda a população servida, impondo constrangimentos todos os dias aos utentes que não veem assegurado transporte às horas previstas, que não tem assegurado transporte com a capacidade adequada, deixando muitos passageiros nas paragens e sem alternativas em resultado de constantes falhas de serviço. Além das falhas detetadas no cumprimento de horários e capacidade, alguns autocarros não passaram às horas indicadas nos horários, demonstrando falhas graves de mau planeamento e de concretização da rede de carreiras e dos percursos, com consequências graves nas ligações intermodais, essenciais às deslocações dos



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cezar
[Signature]

utentes, não assegurando a tempo as ligações com outros meios de transporte, especialmente com o barco da Transtejo no Cais do Seixalinho ou com o comboio, no Pinhal Novo. Existem supressões ou alterações de carreiras realizadas, sem a necessária informação à população afetada. Foram detetadas falhas muito graves e indesculpáveis, no acesso à informação e comunicação aos utentes, especialmente na comunicação dos horários, alterações de rede de transportes não coincidindo a APP com os horários instalados nas passagens, etc. Existem paragens sem horários, existem falhas no cumprimento dos percursos por desconhecimento dos mesmos, por parte de alguns motoristas, demonstrando a desadequada ou ausente formação do pessoal no momento da entrada em funcionamento do serviço, logo desde o início no dia um de junho, um mês antes do que a AML determinou. Foram detetadas faltas de motoristas, não existindo os suficientes para assegurar o serviço do lote 4 da Carris Metropolitana. Foi permitido pela TML, que a Alsa Todi desse início à exploração do lote 4 sem assegurar o número de motoristas suficientes para as necessidades previstas, que têm de incluir, obviamente, para além do número mínimo de trabalhadores, o número de trabalhadores necessário para assegurar a redundância de faltas, pelos dados a que tivemos acesso, estima-se que seriam necessários mais sessenta ou oitenta motoristas, a acrescer aos, cerca de trezentos existentes, um acréscimo entre 20 a 25% previsionais, sendo que, passados seis meses, ainda não se tinham assegurado o número suficiente de motoristas. -----
Foram detetadas falhas ao nível das condições de trabalho e situações de excesso de horas de trabalho, além das oito horas normais e duas horas suplementares, existindo relatos de motoristas a realizar diariamente mais de catorze horas de trabalho, com acumulação de mais seiscentas horas suplementares, quando



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. J. J.
F. G.
H. J. J.

legalmente só podem acumular, por ano, até duzentas. É indesculpável e legalmente inadmissível que entidades públicas tenham conhecimento, permitam e até pactuem, na forma como os serviços públicos prestados pelo operador de que são contratantes e gestores, não cumpram a legislação laboral. Verificaram-se falhas ao nível da segurança aos utentes, por agravamento do risco de acidentes, em resultado do excesso de horas de trabalho dos motoristas, além do legalmente permitido e conseqüentemente aumento do risco para os utentes, pessoas e bens na via pública. Existem falhas de coesão territorial no sistema, penalizando os munícipes que residem fora da sede de concelho, seja pelo número insuficiente de carreiras, capacidade de viaturas e horários praticados, seja pelo valor do bilhete cobrado, diferente para deslocações dentro do mesmo concelho. Existem impedimentos na disponibilidade de títulos aos utentes, em resultado de reduzido número de locais para a sua aquisição e carregamento, só existe uma loja da Carris Metropolitana no concelho, no mercado municipal do Montijo. -----

Podíamos continuar, e temos neste relatório muitas recomendações que consideramos, no CDS, serem muito positivas e que esperamos que a TML e a AML, as acolham e tentem corrigir a sua atitude que tanto prejudicou, desde o início, os utentes deste serviço público, na área do lote 4 e principalmente no concelho do Montijo”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Francisco Salpico (CDU)**, no uso da palavra, disse: “É para referir que as afirmações que proferi, foi numa fase inicial, quando tínhamos apenas, ouvido os motoristas. Entretanto, depois, ouvimos a AML e a TML e percebi as dificuldades que havia na gestão deste processo quando o



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. Silva
F. L.
J. P.

concessionário falhou em não conseguir apresentar os motoristas. Daquilo que percebemos, a preocupação da AML e da TML era resolver o problema, sendo que o mesmo era, a entidade privada não ter conseguido mobilizar os motoristas necessários. Esta foi a impressão com que nós ficámos. Entretanto, queremos informar que a CDU, irá participar na manifestação do dia dezassete, em apoio aos utentes dos transportes”. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: “Quero agradecer o trabalho elaborado pela comissão, que foi muito importante. ----- Quero também pedir desculpa ao senhor munícipe Miguel Dias, por não ter respondido logo, mas as circunstâncias assim o ditaram e por isso queria lhe dizer que, pelo que interpretei da sua declaração, a Câmara Municipal do Montijo, fez através de utentes e de informações obtidas através do sistema, colocou sempre a toda a estrutura da TML, em várias intervenções que fizemos na Área Metropolitana, no órgão Concelho Metropolitano, que é muito semelhante a esta assembleia, dizer então ao senhor munícipe, que aliás, reconheço que tem sido uma das pessoas que ao longo destes últimos meses, tem dado voz para que este problema seja levantado e obviamente, lhe agradecemos, bem como a todos os cidadãos que se juntaram a si, e assim fazendo com que a câmara pudesse ter uma voz mais sedimentada e robusta na Área Metropolitana de Lisboa. ----- Dizer também, que nós apresentámos inúmeras soluções, incluindo para a carreira 4701, na qual é para nós uma evidência clara que é o reforço de uma carreira que parte da Broega, perto das oficinas da TML, neste caso da Alsa Tody, e que permite ter uma outra circulação para Lisboa, isto é, o problema também é falta de horários, incumprimento de horários, mas, um dos grandes problemas



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. J. P.
Fl.
de J. P.

no transporte para Lisboa, é a sobrelotação dos autocarros, nomeadamente nas carreiras intermunicipais. Depois há também supressão de horários, houve incumprimento destes horários quando começou a escola, o que conseguimos imediatamente melhorar, mas a verdade é que o problema continua a subsistir. O problema que se devia ter colocado aqui como sendo fundamental, é a sobrelotação dos autocarros para Lisboa e com o crescimento da população o número de utentes a transportar para Lisboa vai exigir da empresa uma maior atenção a esse problema. Certamente, daqui por uns meses as pessoas vão regressar ao transporte por via do passe único metropolitano, que é barato, como disse o senhor deputado Cipriano Pisco. -----

Nos, Câmara Municipal, temos apresentado soluções, por exemplo uma solução que já está implementada e que melhorou significativamente as carreiras do centro do Montijo, passando pelos bairros, nomeadamente do Afonsoeiro, embora existam sempre problemas, com o reforço de uma carreira partindo diretamente nos horários diferenciados, da nossa estação da Alsa Todi, no centro do Montijo. Portanto, este foi sempre um problema que eu considero um dos mais importantes e nada tem a ver com a transferência de competências para as autarquias porque o que nós transferimos foi as competências de carreiras urbanas dentro das cidades e dentro do concelho, as interurbanas, foi sempre competência da Área Metropolitana de Lisboa. -----

Portanto, este problema parece-me importantíssimo, e é por isso que este relatório coloca estas situações, muitas das soluções que apresenta, são questões que estão previstas no contrato. -----

O problema contratual tem de ser levantado, bem como o problema de gestão do sistema digital ligado a satélites, para saber em que local está o autocarro,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aguiar
F.C.
J. Alves

qual o número de passageiros que transporta, esse sistema tem que obrigatoriamente estar a funcionar, a fim de sabermos se estamos a contribuir para uma questão que é correta ou se estamos a contribuir para uma questão que afeta meia dúzia de munícipes, que é sempre importante, mas que não afeta a generalidade das pessoas. Para tal precisamos do sistema digital terrestre, que todos os autocarros têm de ter, essa uma das questões que o relatório também deveria ter. A câmara do Montijo também já colocou isso várias vezes, em reuniões do Conselho Metropolitano, o porquê da TML não exigir, com a rapidez que deveria, este sistema de controlo. -----

Senhores deputados, tudo isto está previsto no contrato. -----

Da parte da Câmara Municipal, nós continuaremos a defender o Montijo e os seus cidadãos, neste sistema, e no sentido de que a empresa TML cumpra a sua missão". -----

O Senhor **Deputado Municipal – Francisco Salpico** (CDU), no uso da palavra, disse: “Era para recordar aqui, isso foi bem explicado nas reuniões da comissão e nas audiências, que a falência nos transportes públicos, o facto dos autocarros irem cheios, de haver poucos autocarros a circular, baseia-se na questão de não haver motoristas suficientes. E porque é que há poucos motoristas? Porque são muito mal pagos e procuraram outros trabalhos. É claro que depois aqui, mistura-se também uma informação que foi dada pelos sindicatos, que é esta ilegalidade dos motoristas trabalharem muito além das horas que podiam, porque para os patrões sai mais barato pagar horas extraordinárias do que contratar novos motoristas. Eu não altura disse ao representante sindical, que isso era uma



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceser
JL
JL

situação completamente inaceitável, que a legislação tem que ser cumprida, até pela segurança de todos e que devia haver uma fiscalização adequada”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – André Ribeiro (IL)**, no uso da palavra, disse: “Eu ouvi aqui o senhor Presidente dizer uma frase que foi, *“o município e o Presidente defendeu sempre os cidadãos do Montijo, relativamente a este tema”*, e no que diz respeito a esta frase surge-me fazer a seguinte questão: estava previsto penalizações que o município podia exigir à TML e eventualmente, à operadora, por incumprimento de cláusulas do contrato. Foi solicitado ou exigido à TML, que comprimissem ou mesmo que restituíssem o valor que os contribuintes têm andado a pagar para colmatar a falha, o balanceamento do valor dos passes, ou não?” --

O Senhor **Deputado Municipal – Carlos Ferreira (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse: “Queria só registar que o senhor Presidente da câmara andou, durante os primeiros meses, a tentar evitar aceitar o que tinha acontecido e a tentar vender-nos o paraíso nos transportes, mas isso é de certa forma legítimo, nós reconhecemos que o senhor Presidente também foi enganado pela AML. Mas, depois percebeu, depois da pressão dos munícipes e das evidências, que tinha sido enganado, e até, na audição à AML na Assembleia Municipal de Setúbal, enquanto o Presidente da Câmara apoiou a AML, nesta audição, esteve em silêncio e não defendeu o “CZAR” da AML”. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: “Nós, desde a primeira hora que defendemos o interesse dos munícipes e temos sempre essa



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. Silva
16.
17/1/23

preocupação e esse enfoque. Acredito que também todos os senhores deputados tenham a mesma preocupação. -----

Umhas vezes com mais intensidade que outras, mas não abandonamos os problemas dos munícipes, claro que, após a intervenção e a manifestação dos cidadãos e depois do aparecer do incumprimento e supressão de carreiras, todo este processo se tornou mais intenso, aliás, os senhores também só fizeram este relatório na sequência da petição dos munícipes. Estas coisas são assim, aparentemente pensamos que podíamos antecipar coisas e às vezes até podemos, mas, na verdade, é claro que os órgãos municipais, a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, as freguesias, respondem às necessidades e aos problemas a cada momento, e, portanto, nesse sentido todos fizemos o nosso trabalho. -----

Eu queria só dizer que o relatório é importante, mas grande parte destas questões já estavam previstas no contrato. -----

A Câmara Municipal, sempre exigiu, em várias reuniões da Área Metropolitana, no Conselho Metropolitano, que, se há problemas como os munícipes nos estão a colocar, têm que imediatamente atuar relativamente às situações e penalidades previstas no incumprimento contratual. Esta penalidade não tem a ver com ressarcimento diretamente aos munícipes, tem a ver com o facto de que a empresa não está a cumprir o estipulado com o que se paga pela quilometragem feita. -----

No Concelho Metropolitano, estão as forças principais que neste momento dominam a gestão da Área Metropolitana de Lisboa e todos os municípios, neste processo estão de acordo com as penalidades. Este é um elemento que é crucial, avançar-se, mas que precisa da intervenção, não dos municípios diretamente



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. de
Salpico
P. Vieira

porque não temos condições para isso, mas sim de que está obrigado a atuar nas penalidades, a TML, que é quem assinou o contrato”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Francisco Salpico (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Aqui foi referido por várias vezes que a comissão executiva da AML foi nomeada, mas não, a comissão executiva foi eleita e eu só quero esclarecer isso”.

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, no uso da palavra, disse: “É uma pergunta diretamente ao senhor Presidente. Posto as responsabilidades que nós verificámos ao nível do incumprimento da legislação laboral, eu gostaria de saber se o senhor Presidente vai levar esse problema, que consideramos que é grave, ao conselho metropolitano, como deveria levar, porque é a verificação de um incumprimento legal de alguém que tem assento no conselho e que superintende, como nós aqui o superintendemos. Ou então, nós podemos fazer aqui a votação de uma moção, em que obrigamos o senhor Presidente a fazê-lo. Depois, a outra questão é perguntar a sua opinião, uma vez que não ouvimos, as razões que levaram o Partido Socialista não entender a assunção de responsabilidades políticas por parte de uma entidade que não cumpre, não faz cumprir, que se comporta como se comporta com os munícipes e, portanto, porque é que o partido socialista se coloca ao lado dos comunistas e não se coloca ao lado da população na assunção das responsabilidades da área metropolitana que é gestora deste processo?” -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, e em resposta ao senhor deputado, disse: “Eu respondo já a essa sua última pergunta que também



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedeu
Lb.
H. J. J.

as pode perguntar aos seus companheiros do PSD, que continuam a manter a mesma comissão. -----

Relativamente à situação que o senhor colocou sobre as questões laborais. Eu, de propósito, não falei nisso. Se os senhores deputados têm essa informação, se os sindicatos vos deram essa informação já deviam ter transmitido às autoridades que são responsáveis nesta matéria e não devíamos estar com esta conversa na Assembleia Municipal porque isto é uma questão de irresponsabilidade. As coisas não são ditas assim, aparentemente parece que na política se diz tudo assim, mas não é assim, temos de dizer coisas que podemos comprovar e não é com base em que uma das partes nos diz que é assim que nós assumimos imediatamente, que é, por mais benefício que nos dê do ponto de vista político. As coisas têm que ser feitas com responsabilidade e regras, porque sem regras a democracia é uma demagogia. Os senhores são membros de um órgão e são titulares de um cargo que obviamente tem essa responsabilidade quando sabem determinadas coisas que têm ilegalidade. Eu, Presidente da Câmara, não sei dessas coisas e conseqüentemente não tenho informação a fornecer. Os senhores dizem isso no relatório, muito bem, entendem dizer, mas eu não teria essa ousadia. Tudo isto tem a ver com a ética da responsabilidade. -----

Estas coisas têm de ser vistas com grande ponderação e por isso eu não irei tecer qualquer comentário, consideração, àquilo que o senhor deputado disse". -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: "Eu penso que a discussão sobre o relatório está feita, a maior parte das bancadas já esgotou o tempo, e eu irei passar às votações, começando pela proposta apresentada pela CDU". -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cesário
L.
Hofel.

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, no uso da palavra, solicitou a possibilidade de a reunião ser interrompida, para que a bancada pudesse decidir a posição a tomar. -----

Assim a reunião foi interrompida durante três minutos. -----

Retomada a reunião, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que iria colocar à votação, a proposta apresentada pela CDU, bem como o relatório elaborado pela Comissão, respetivamente. -----

DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE INCLUSÃO DE DOIS PARÁGRAFOS NAS CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DE APRECIÇÃO DA PETIÇÃO, APRESENTADA PELA CDU: Aprovada com 14 votos a favor (10 do PS, 3 da CDU e 1 do BE), 8 votos contra (5 do PSD, 2 do CDS-PP e 1 da IL) e 1 abstenção do CH. -----

Assim, a **proposta acima referida**, passou a ter a seguinte redação: -----

“Inserir os seguintes dois parágrafos na página 26, no local assinalado pela letra A: -----

- Existem evidências de responsabilidade pelo incumprimento contratual por parte da Alsa Todi, originando consequências nefastas para os utentes; -----
- Valorização do Passe intermodal a baixo custo a caminho da gratuitidade, pilar fundamental no cumprimento do direito à mobilidade das populações que a Constituição da República Portuguesa consagra”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cespu
E.C.
J.P.

DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO PARA ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO - PETIÇÃO TRANSPORTES COLETIVOS RODOVIÁRIOS NO CONCELHO DO MONTIJO – SERVIÇO CARRIS METROPOLITANA: Aprovado por unanimidade.

O Senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (Be)**, no uso da palavra, fez a seguinte **Declaração de Voto**: “O BE votou favoravelmente este relatório, porque tem um conjunto de recomendações importantes e acho que demos um contributo para que sejam melhorados os transportes metropolitanos no lote 4, essencialmente no concelho do Montijo. -----

O relatório tem muitas recomendações, não orientações políticas, porque essas orientações são do âmbito dos partidos políticos”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, no uso da palavra, fez uma **Declaração de Voto**, com o seguinte teor: “Concluído o trabalho da comissão, é devolvido o relatório à assembleia que votou favoravelmente e por unanimidade, remetendo-o aos cidadãos subscritores da petição. O PSD votou favoravelmente ficando na esperança de que o relatório seja mais um passo para a resolução dos problemas de mobilidade da Carris Metropolitana”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, fez uma **Declaração de Voto**, cujo teor a seguir se transcreve: “A bancada do partido socialista vota a favor deste relatório, tendo em conta a dinâmica de levantamento dos problemas, que foi levada a cabo e o intuito de, com as suas recomendações, vir a melhorar e a imprimir, cada vez maior qualidade aos



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

transportes públicos, mas também queremos aqui chamar atenção para uma coisa muito importante, que é o facto de que todos nos tornámos, neste momento, corresponsáveis, pelas concretizações e pelas recomendações e também pelas problemáticas que foram evidenciadas. Uma das problemáticas é o que diz na página 23, que *“existem fortes indícios de incumprimento da legislação laboral”*, como tal tornamo-nos corresponsáveis por levar a cabo aquilo que estes fortes indícios nos permitem e nos obrigam a fazer, enquanto comissão”. -----

Seguidamente, foi a presente ata aprovada em minuta nos termos e para os efeitos do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, por forma a produzir eficácia imediata. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a reunião, eram 00 horas e dez minutos, do dia catorze de janeiro de dois mil e vinte e três.

E eu, *marilva Antónia tomás fontes*, Assistente Técnica, da Assembleia Municipal, fiz lavrar a presente ata que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa. -----

----- A Presidente da Assembleia -----

----- O 1º Secretário -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A 2ª Secretária -----

Sandra Lopes